

tribuna do Senado Federal mais um veemente discurso em defesa da economia nordestina.

Iniciou o seu pronunciamento dizendo:

"Cada vez que vou ao meu Estado, volto mais preocupado com a crise permanente no Nordeste e o empobrecimento da Paraíba. É possível até que companheiros de outras regiões, não conhecedores da realidade nordestina com maior profundidade, possam imaginar que os Senadores daquela área do País, com especialidade os da Oposição, vivem aqui a exagerar, em seus discursos e apartes, quando apelam em favor do Nordeste. Na verdade, nobres colegas, a situação é crítica e pode-se tornar caótica."

Mais adiante, diz ainda o Senador Cunha Lima:

"Ou o Governo e a Nação encaram os problemas do Nordeste com realismo e urgência, ou dentro de alguns anos este País será abalado por uma convulsão social sem precedentes na sua História e de resultados imprevisíveis."

Pronunciamentos semelhantes foram feitos pelos eminentes Senadores Mauro Benevides, Agenor Maria, Humberto Lucena, Marcos Freire, Gilvan Rocha e Teotônio Vilela.

Achei por bem iniciar a minha fala citando trechos do discurso de um Senador da Paraíba, do Nordeste e do MDB, porque seria desnecessário recapitular nesta Casa as centenas de pronunciamentos dos eminentes colegas, Deputados Federais, dos diversos Estados do Nordeste e filiados ao Movimento Democrático Brasileiro.

Desta tribuna, os emedebistas têm analisado com seriedade, brilhantismo e em profundidade, temas de interesse da região nordestina, formada por nove Estados e onde habita um terço da população brasileira.

Aqui se tem falado não somente da seca, que vez por outra aflige os sertanejos. Temos analisado as dificuldades que atravessa o Banco do Nordeste Brasileiro, a descapitalização da SUDENE, a redução de recursos para os programas do DNOCS e a falta de condições para a fixação do homem do campo ao meio ambiente, entre outros assuntos de tamanha importância.

Por dever de justiça, é bom declarar que Deputados da ARENA têm trazido também valiosa colaboração na análise da situação nordestina e na apresentação de soluções para os seus graves problemas.

Ocorre, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que os tecnocratas do Governo estão fazendo ouvidos de mercador para os apelos dirigidos por membros da Oposição e também por alguns dignos representantes do situacionismo.

No mês de julho próximo passado, tive a feliz oportunidade de assistir, na Universidade Federal da Paraíba, a uma conferência proferida pelo Prof. Celso Furtado, versando sobre o Nordeste e o desenvolvimento do País. Na sua ilustrativa e vibrante dissertação, o conceituado economista chegou a declarar que nos últimos quinze anos a SUDENE se esvaziou e o Nordeste estava mais pobre e mais necessitado, principalmente por falta de poder político. Demonstrou que o Srs. Governadores, não sendo eleitos pelo povo, e sim escolhidos por meras conveniências, jamais poderiam ter força nas decisões do Governo Central. Pelo comodismo, e, mais ainda, pela gratidão dos Governadores, o Nordeste lá cada vez mais crescendo menos e, assim, distanciando-se do desenvolvimento de outras regiões do País.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, depois destes ligeiros comentários, quero registrar o meu regozijo por noticiário que li nestes últimos dias dando conta de que a bancada da ARENA estava convocada para uma reunião, com o intuito de elaborar um documento exigindo do Governo alterar a sua política a fim de proporcionar maiores benefícios ao chamado Polígono das Secas.

A notícia não me causou surpresa, porque acho que os representantes do Nordeste, eleitos pela vontade soberana do eleitorado, através de processo direto e secreto, têm por obrigação maior lutar em defesa da região e dos seus habitantes. A notícia causou-nos alegria porque esperamos que todos, Deputados da ARENA, se unam para que suas vozes possam reforçar as dos emedebistas, que há tanto tempo clamam por providências de grande alcance para o progresso da região nordestina.

Lamentamos, entretanto, que somente agora os Deputados governistas tenham chegado à conclusão de que deveriam exigir melhor tratamento para a região que também representam. Antes tarde do que nunca, porém.

É bom lembrar que, nos nove Estados do Nordeste, a ARENA tem 92 Deputados Federais, contra 34 do MDB, e, nos demais Estados da Federação, o MDB tem 155 Deputados Federais contra 139 da ARENA.

Creio, sem sombra de dúvidas, que a bancada nordestina da ARENA não somente pode reivindicar, como fazem os represen-

tantes da Oposição, mas pode também exigir melhor tratamento para a nossa sofrida região.

São meus ardentes votos, que os nobres e eminentes Deputados da ARENA não esmoreçam, mas prossigam no desejo de trilhar os mesmos caminhos que nós, da Oposição, temos percorrido, por melhores dias para o Nordeste e, conseqüentemente, para todo o nosso querido Brasil.

O SR. JORGE VIANNA (MDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a anistia já foi por demais debatida nos últimos dias, seguindo a estratégia do Governo, de homeopaticamente, permitir o afloramento de problemas, sobretudo para distrair a atenção do mais importante, que é o econômico, por sua vez fruto de um sistema de opressão. O que for dito aqui seguramente não mudará o curso dos acontecimentos. Faça-o por uma questão de consciência e de dever para comigo mesmo e com minha geração, até então sacrificada por erros que não cometeu.

O debate sobre o assunto, bem como sobre os demais, é permitido, porém, ao Congresso, como sempre tem sido, caberá apenas aprová-lo ou rejeitá-lo.

O Governo perde a grande oportunidade da conciliação nacional, no instante em que tanto precisa dela a nacionalidade para enfrentar os graves problemas que infelicitam e cujo bode expiatório tem sido o petróleo. Seria hora de esquecermos o passado, de ofendidos e ofensores de ambos os lados darem-se às mãos, pelo bem maior que é o Brasil, que todos aprendemos a amar.

Anistia é antes de tudo, esquecimento. É a cicatrização final e definitiva dos ferimentos que não devem deixar marcas. O projeto governamental é parcial e mesquinho. Através do seu debate, a Nação tomou conhecimento dos horrores praticados nas masmorras e cárceres. Hoje, já se conhecem um a um os torturadores e os assassinos. Já se sabe que as denúncias de torturas, tantas vezes negadas nos cárceres, para vergonha nossa, de povo dito civilizado, não ficam aquém de Hitler, de Eomoza ou de Amim. Os mortos não retornarão ao convívio dos entes queridos.

A Nação inteira já entendeu que aqui não existem terroristas. Existem jovens e homens que, sem alternativa política, sob um regime de terror, viram, na luta armada, na guerra revolucionária, a única saída para a situação nacional. Quem começou o terrorismo foram os golpistas de março de 64, que, ao tomarem o poder, passaram a invadir lares, espalhar o terror, cassar direitos, prender e torturar.

Existe uma lei básica de que "a toda ação corresponde uma reação igual e oposta". Foi ao que assistimos no Brasil. Vimos mais oficiais serem punidos por recusarem-se a cumprir ordens que feririam a integridade e mesmo a vida de semelhantes. Quantas injustiças foram praticadas, talvez nunca venhamos a saber. Submeter, indistintamente, todos os punidos, a que venham solicitar, cada um de per si, o enquadramento na anistia, submetê-los, no mínimo, a mais constrangimentos.

O comportamento do Governo, na conceituação e no trato com "terroristas", é dúbio. Aqui não se dá anistia a pretensos presos políticos que usaram de violência contra a violência oficial; no entanto, se pretendeu reconhecer a mais terrível das organizações terroristas, a OLP. São dois pesos e duas medidas.

Pegar em armas contra a opressão, num regime não democrático, onde a força é a lei, é terrorismo? Foi terrorista o oficial Euclides Figueiredo, quando pegou em armas contra a ditadura? Ele foi anistiado como terrorista, ou como político?

O incitamento a que se pegasse em armas não constituiu também ato de terrorismo? Como explicar o anistiamiento do atual Ministro da Justiça, quando, em proclamação favorável ao Governo deposto, pedia ao então Governador Miguel Arrais por armas para a luta?

Afirmar-se que esta é uma primeira etapa da reconciliação nacional e acenar-se com a medida do indulto é muito pouco para as necessidades nacionais de conciliação de hoje. Um Governo que nega a saída de um Ministro na véspera da concretização do ato pode merecer confiança? A Nação, que assiste a um Ministro da Fazenda afirmar que os recursos para financiamentos agrícolas estão no Banco do Brasil, sem que isto seja verdade, pode confiar efetivamente na promessa?

A própria redemocratização nacional não tem seguido as promessas do Governo. Ela efetivamente só se concretizará quando forem restituídas, ao Congresso Nacional e ao Judiciário, suas funções. O resto é balela, para inglês ver. A própria reformulação partidária não tem razão de ser, pois os partidos não terão como exercer suas funções. Será como tentar criar peixes sem ter água.

A Nação espera que o Presidente estenda, de verdade, sua mão de conciliação, para a construção do Brasil, e para que a paz venha conviver com a família brasileira, que se diz cristã.

O SR. JORGE GAMA (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero mais uma vez